

Então eu queria colocar isso: nós temos uma demanda. É inaceitável. O próprio projeto de navios de cabotagem, e também nas vias internacionais, tem que ser feito com bandeira nacional para a gente pagar em real, não pagar, não ter o dispêndio de moeda forte. Então é uma visão integrada, e isso só pode ser feito por lei, por uma legislação, tornando um arcabouço legal forte, moderno e vibrante.

Então, é duro ver os meus amigos desempregados, as famílias desamparadas, o supervisor de solda bêbado porque não consegue sustentar o filho, agora um ano, sem escola, sendo arregimentado pelo tráfico, e o estado diminuindo cada vez mais.

Então, eu dou a maior importância, deputada Célia, que a gente não deixe essa peteca cair. Nós temos hoje uma consciência muito maior. Hoje qualquer trabalhador sabe qual é a instalação, os onze ministros da Suprema Corte. Antes a gente não sabia. Hoje a consciência nossa coletiva é muito grande, as cobranças são muito grandes.

O próprio Chapinha que está aqui presente, ele participa de uma rede de mais de 4 milhões de seguidores. Então nós crescemos e evoluímos, nós precisamos. A minha grande esperança, de caráter permanente, é o papel extraordinário que o CTN está fazendo agora como um acervo e junto com a autoridade dele ajudar a fazer essa costura e tornar o Brasil mais justo, mais correto, gerando emprego e renda, e arrecadação de impostos no Brasil.

É isso que eu queria colocar.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Agora, Ivo, só para esclarecer, você é o diretor da KPI, e o Bacci, na apresentação, falou na questão do descomissionamento e desmantelamento, sobre algumas dúvidas que ele tem em relação a essa atividade como geração de renda em função, talvez, de um alto investimento que tenha que ser feito nesse sentido. Você tem alguma informação sobre essa atividade?

O SR. IGOR DWORSCHAK - Sim, pois não. Eu faço parte e fui convidado pelo almirante Edésio, almirante da Silva - o Flavio (não compreendido) está nos dizendo que está nos ouvindo aqui agora também no CPN. Foi selecionada uma série de profissionais trabalhando de forma voluntária na formação de uma comissão interna para garantir que a gente não faça no Brasil o que é feito na Índia, no Paquistão, em Bangladesh, com destruição do meio ambiente e colocando em risco a população. Então nós estamos escrevendo, na verdade, esse grupo de trabalho, recomendações para o Brasil que não tem uma legislação própria, para que seja feito de uma forma correta.

Em linhas gerais já houve um avanço desse atual governo na modificação da NR brasileira, a NR 34 especificamente, que ela já estabelece requisitos obrigatórios de proteção aos trabalhadores metalúrgicos que estão envolvidos na operação de reciclagem. O mercado de reciclagem conforme está colocado nesse papel também circulado para vocês, é um trabalho muito grande, muito importante, e que é feito como um grande negócio; não é um trabalho ocasional. A Petrobras tem uma série de plataformas que já estão chegando no final de vida, tem que ser descomissionada, e a parte de reciclagem é uma parte importante. Um navio que se, é uma corrida de bastão, um navio velho dá o seu corpo para fazer um navio novo, então de um navio velho você tira praticamente 75% em aço para reciclagem nas indústrias.

Nós temos hoje, o mercado está (falha na transmissão sonora) ... aço. As indústrias, com a retomada do pós-covid, as indústrias estão comprando aço de qualquer forma. Então nós já temos uma oportunidade - foi por isso que eu estou querendo colocar, eu estava na associação junto - e vejo uma oportunidade de entrar nesse mercado junto lá na, no caso da Ilha do Governador, nos habilitando a fazer a reciclagem de navio de uma forma arrumada, e ao mesmo tempo aprendendo isso com o laboratório e colocando como normas para a frente.

Então, o que eu queria colocar em linhas gerais é: a proteção do trabalhador com a NR34; a gestão da empresa de uma forma arrumada, nada de bagunça, nada, seguindo as normas ambientais; seguindo a norma da ISO 9.002, e também na gestão ambiental com a norma ISO 18.001.

O Brasil não tem uma regulação própria nisso. Nós estamos escrevendo. (Falha na transmissão sonora)... encabeçado pelo CTN, um corpo técnico extraordinário da Emgepron.

Então é um movimento muito forte. Quem não o conhece eu convido a logar nesse Centro Tecnológico Naval para vocês conhecerem o que está acontecendo, para o braço esquerdo saber o que o braço direito está fazendo, e desses movimentos. Nós não vamos desistir de gerar emprego, renda, e arrecadação de impostos no Brasil porque a demanda do Brasil não tem no mundo todo, não há lugar no mundo que nós temos essa demanda. E o pré-sal, particularmente, que está a 7 mil metros de profundidade, 2 mil metros de lâmina d'água, se esses reservatórios de óleo e gás não forem explorados agora nos próximos 20, 30 anos, com a mudança da matriz energética não ficar chupando o dedo e nada vai acontecer. Então, a gente tem que assumir as rédeas, sair do banco do carona, e assumir a direção do caminhão.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Obrigada, Igor.

Eu queria esclarecer, com as informações que o comandante André colocou no chat, que dizem respeito às condições contratuais para a construção das fragatas classe Tamandaré, que contemplam no mínimo 30% de conteúdo local para o primeiro, e no mínimo 40% a partir do segundo navio em um total de quatro. Essas fragatas que estão sendo construídas lá em Santa Catarina.

O próximo inscrito a falar é o Chapinha, também da associação de metalúrgicos e marítimos.

O SR. CHAPINHA - Boa tarde Célia, Bacci, parabenizar vocês pela coragem porque não são todos que tem essa coragem de colocar a cara para defender os trabalhadores. Parabenizar também o nosso amigo (falha na transmissão sonora) ...

Parabenizar a vocês, parabenizar essa comissão, porque através dessa comissão tem surgido bastante coisas novas. Não posso deixar de parabenizar nosso amigo Igor. Espero que os empresários ouçam a fala dele aqui hoje que diz que investimento para o Brasil é possível, a geração de emprego é possível.

Foi dito pela senhora que 85% do petróleo está no estado Rio de Janeiro; 65% das obras que produzem petróleo hoje, aqui no país, foram feitas aqui no estado do Rio de Janeiro, e tem algumas coisas que a gente não consegue entender.

Hoje o Rio de Janeiro é o mais penalizado. O nosso amigo do Comperi, de Itaboraí, o Washington, a gente tem acompanhado, a gente tem rodado o estado todo conversando com todo mundo. Deixar bem claro aqui que nós não temos partido político, nosso partido é o trabalhador brasileiro, o trabalhador metalúrgico do setor naval, e o trabalhador, tenho certeza doutora, que ele está observando o trabalho de cada um de vocês. A gente tem conversado com muitos trabalhadores, e eles têm observado quem realmente está do lado deles. Eu espero sinceramente que eles observem isso mesmo, as pessoas que realmente estão lutando por eles. É o que a gente tem acompanhado.

A gente tem visto coisas absurdas acontecendo no setor naval, a gente vê a MODEC, os FPSOs da MODEC, três FPSO da MODEC deram problema, cidade do Rio de Janeiro, cidade de Niterói, cidade de Santos; e está a MODEC participando novamente aí da licitação da P80 e possivelmente da P81. Então a gente tem que rever esses conceitos, nós precisamos realmente gerar obra aqui no estado do Rio de Janeiro.

Aqui em Angra a gente tem um problema muito sério, o Bacci deve estar ouvindo a gente, e vou pedir para você Bacci, para você que é do sindicato das empresas do setor naval: você está conversando com as empresas, você está acompanhando o esforço que nós temos feito. Nós fizemos um movimento em Angra em 2018 que o estaleiro Brasfels estava praticamente a fechar as portas, fizemos um movimento que estava sério, o prefeito de Angra em várias entidades da política brasileira, e aquele estaleiro não fechou. Aquele estaleiro estava na época com 800 funcionários, hoje já está com 2.044 funcionários.

Temos ligado, temos lutado, e hoje, alguns trabalhadores, alguns não, a grande maioria dos trabalhadores aqui de Angra dos Reis reclama que o trabalhador local não consegue retornar para o estaleiro. A gente tem observado isso no dia a dia e realmente isso está acontecendo.

Nós aqui não queremos impedir o direito de ir e vir de ninguém; o que nós queremos garantir é que o trabalhador local, ele tenha pelo menos a possibilidade de absorver e brigar por essas vagas. Uma empresa, como você sabe, que ela foi citada no lava jato, teve um acordo de leniência, foi perdoada, então por que não dar uma segunda chance, se é que o trabalhador fez alguma coisa errada? Porque eu não acredito que o trabalhador fez.

Então essa luta é parabenizar essa comissão. Estou muito orgulhoso da senhora, doutora, por ter comprado essa causa, por estar nessa briga junto com a gente. Nós precisamos é disso, nós precisamos gerar emprego para o trabalhador brasileiro, e principalmente aqui para o trabalhador do setor naval no estado do Rio de Janeiro. Nós temos nove estaleiros no Rio de Janeiro, foi feita uma avaliação pela Petrobras, pelas informações que nós temos apenas dois estaleiros estão aptos, que é o Inhaúma em Niterói, agora tem o Renave, parece, né. Está todo mundo incumbindo, o governo do estado, já teve uma conversa do governo do estado, ele disponibilizou que vai estar junto nessa briga pela reativação, mas nós começamos, nós temos que mostrar para o trabalhador que realmente isso vai acontecer porque já está ficando difícil.

Nós que vivemos no dia a dia, eu, Rogério, Fernando, para o trabalhador já está começando a ficar difícil a gente controlar a massa; a massa tem nos cobrado para fazer movimento, mas a gente está aí ainda pelo diálogo que tem sido mantido, a gente está mostrando a comissão, porque essa comissão, desde o momento que ela foi criada, ela tem mostrado que é eficaz, tem gerado fruto. Exemplo aí são as fragatas, que são 12, faltam 8 ainda para serem construídas, e tem uma tendência muito grande de serem construída no estado do Rio de Janeiro, são mais 27 navios patrulheiros.

E é isso que a gente quer. Nós precisamos disso. Nós não conseguimos entender o porquê do Rio de Janeiro, principalmente, ser tão penalizado, se o petróleo está aqui, a mão de obra, uma das melhores que tem, está aqui, sempre quem está nessa abertura, quem está nessa luta é o estado do Rio de Janeiro pela reativação do setor naval.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - E mais de 50% dos estaleiros existentes no país estão aqui.

O SR. CHAPINHA - Só para finalizar, doutora.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - É, porque tem outros inscritos também aqui.

O SR. CHAPINHA - Só para finalizar, é isso que a gente quer: é a geração de emprego aqui no estado do Rio de Janeiro. Nós estamos aí para ajudar, nós estamos aí para somar, pode contar com a gente.

E parabenizar mais uma vez, doutora. Parabéns pela garra. Espero que essa comissão se torne definitiva porque a luta está apenas começando.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Obrigada Chapinha. Agora com a palavra o senhor Fernando Figueiredo, que é o presidente da associação dos metalúrgicos e marítimos. E depois do Fernando já tem o senhor Jesus Cardoso do Sindimetal.

O SR. FERNANDO FIGUEIREDO - Boa tarde deputada, boa tarde a todos que estão presentes nessa audiência.

Eu acho que nós chegamos a um ponto já bem adiantado daquilo que estava. Ano 2017 criamos um ato, com estaleiros todos praticamente fechados. Caminhamos, tivemos várias reuniões. Assim, a partir do momento que a senhora assumiu a Alerj e criou essa comissão, as coisas se abriram com uma coisa muito grande, hoje nós estamos na porta dos estaleiros, estamos conversando dia a dia, ficou muito legal essa caminhada, e eu tenho certeza que com essa luta, com a união de todos, nós vamos chegar ao nosso objetivo que é reaquecer o setor naval no Rio de Janeiro.

É importante a formação. Eu acho que nós temos às vezes dificuldades, principalmente com a Marinha que precisa formar, e a gente às vezes não consegue, para conseguir com a Marinha essas formações. O setor naval também tem que pegar o pessoal e colocar curso para formar o pessoal e deixar preparado. Nós tivemos uma audiência com o almirante Bento Albuquerque e ele nos pediu que a gente se unisse para formar o pessoal, que compressão seriam construídas em torno de 270 embarcações.

Então eu acho que esse é o caminho. Nós estamos no lugar certo, no rumo certo. Agradecer aqui o prefeito também da nossa cidade de Angra que tem comprado isso em Brasília, tem feito várias reuniões lá em Brasília com vários segmentos. E dizer que é muito importante a comissão e a senhora ter abraçado esse setor que estava muito parado, estava esquecido. Hoje não, hoje ele tem discussão, tem audiência pública, e nós vamos estar juntos nessa luta.

Mais uma vez parabéns a todos, parabéns a senhora por ter criado essa comissão, e que ela continue. Essa luta vai continuar e nós vamos vencer, com certeza.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Obrigada pela sua participação, Fernando. Com a palavra o senhor Jesus Cardoso, do Sindimetal, bem-vindo.

O SR. JESUS CARDOSO - Boa tarde deputada Célia Jordão, nosso amigo Sérgio Bacci, nosso amigo Manoel, de Angra, e todos os presentes.

O sindicato metalúrgico quando recebeu esse convite, a gente não abdica de participar porque a gente acredita que o fundamento da esperança é o principal motor para a gente poder reverter isso. Como foi dito aqui pelo Sérgio, desde 2015, já vai para seis anos, e todo mundo sabe que a tendência é cada vez que ir passando o tempo e a chance da retomada do setor vai ficando menor. Agora tem carro elétrico, tem várias situações que o petróleo está perdendo a sua força, então se esperar mais cinco anos, mais dez anos para a retomada, quando iniciar a retomada já não tem mais função, já não tem mais necessidade da cadeia do petróleo igual tem hoje.

Então eu queria saber da deputada, é mais uma pergunta, os problemas já foram alentados aqui, os problemas, todo mundo já sabe quais são os problemas que nós temos na cadeia de produção, o que eu queria saber da deputada, aproveitando que o governador do Rio de Janeiro tem uma boa relação com o presidente da República, é aliado do presidente da República, aproveitando que o novo presidente da Petrobras, um general, parece ser um pouco diferente do que era o presidente anterior que não queria receber ninguém, não é isso? O presidente que tinha lá, ele tinha ojeriza a receber qualquer instituição; ele achava que aquilo lá é uma empresa particular sem necessidade de responder à sociedade carioca e à sociedade brasileira.

Eu queria saber da deputada o que a gente poderia fazer para ajudar os deputados que têm interesse na retomada do setor, junto com o governador, de repente até com o prefeito do Rio, fazer um movimento, porque a gente sabe que um movimento político é a única solução para resolver ou pelo menos para iniciar a retomada das obras nos estaleiros. Porque se for esperar a gente ter mão de obra para disputar com a China, nós vamos morrer - toda essa geração que está aqui, e não vamos ter força para disputar com a China - porque a China chegou em um patamar onde ninguém no mundo pode disputar com ela. Se for questão de mercado é melhor a gente parar por aqui.

Então, tem que ter alguma energia, alguma força, e a gente espera que a Assembleia, através da senhora e de outros deputados que queiram se envolver nisso, faça um movimento com o governador, faça pressão com o Presidente da Petrobras, e o presidente da República também quem sabe, que a gente sabe que nesse momento está fraco. Precisa chacoalhar ele para poder ver se as coisas melhoram para nós. Então seria mais esse desabafo, e essa pergunta deputada, como a gente pode ajudar para que eles reconheçam o valor do setor naval para o Rio de Janeiro e para a sociedade brasileira? Seria mais isso.

Muito obrigado pela oportunidade e meus parabéns pela iniciativa.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Jesus, as suas ponderações são muito pertinentes. Agradeço muito a sua interlocução. A participação de vocês é fundamental naquilo que diz respeito, em especial, ao retrato, o raio x, daquilo que vocês estão vivendo pela falta da oportunidade de trabalho, com um parque industrial naval que nós temos aqui no estado do Rio e vocês passando por essa situação.

Como eu disse no início da audiência, eu já solicitei uma reunião com o governador do estado. Essa reunião seria na terça-feira passada, porém ele precisou ir à Brasília e ela foi adiada. E nesse meio tempo o secretário de governo que está fazendo esse agendamento foi acometido pelo covid. Então ele está em recuperação e eu estou aguardando então essa nova agenda. Ele que está capitaneando.

Então nesse primeiro momento nós vamos levar ao governador os nossos trabalhos, porque eu já estive em reunião com o secretário de estado e desenvolvimento econômico, que agora também mudou o secretário. E o governador, antes dele ser efetivado no cargo, ele também estava em uma situação muito fragilizada, enquanto não se resolvesse a questão do impeachment, ele estava conduzindo o estado, mas naquela incerteza se permaneceria ou também se sairia da gestão com o retorno do titular. Então agora como ele de fato e de direito é o governador, ele tem plenos poderes para tomada de decisões, e uma delas, que nós aguardamos ansiosamente dentro de uma das propostas que inclusive foi formatada pelo cluster, é o estabelecimento de uma governança, ou seja, que no estado, no Executivo estadual haja essa figura de uma autoridade que cuide especificamente desse segmento que é fundamental para o estado do Rio de Janeiro.

Então, essa reunião que eu estou aguardando a definição de data vai ser muito importante, e nessa reunião inclusive, segundo a sua intervenção, também vamos levar como proposta uma reunião com o governador com o representante do setor, com o representante dos trabalhadores do setor, porque ainda que eu possa falar daquilo que nós conversamos nessa tarde de hoje, é muito diferente ouvir de vocês. A gente nunca vai ter a mesma fala, o mesmo sentimento daquele que de fato já esteve dentro de um uniforme, dentro de um macacão, dentro de um estaleiro.

Então eu vou levar essa proposta para o governador, para que estreitemos esses laços nossos, do trabalho que nós conduzimos aqui na Alerj com vocês, que são do segmento, que tem uma fala muito mais adequada para expressar as dificuldades. Está bem, Jesus? Eu acho que essa é uma das propostas que a gente pode levar para o governador. E ele é fundamental nesse papel, como Executivo estadual, para conversar conosco lá no governo federal.

A dra. Magda Chambriard, que também foi presidente da ANP e hoje é assessora de tributação aqui da Alerj, também gostaria de fazer uso da palavra. Dra. Magda, por favor.

A SRA. MAGDA CHAMBRIARD - Deputada Célia, meus parabéns pela condução desse trabalho. Ouvindo aqui o pessoal da indústria, o Sinaval, os trabalhadores, a gente fica achando que tem luz no fim desse túnel, graças a senhora, graças a essa comissão.

Eu não posso ouvir isso tudo sem deixar um testemunho, um testemunho da empregabilidade que essa indústria ofereceu para os trabalhadores do Rio de Janeiro meia dúzia de anos atrás, e o testemunho do que existe hoje, que são estaleiros absolutamente vazios. Quando a gente olha para uma coisa dessa e vê que isso aí foi decorrente de uma mudança de ideia, a gente imagina o seguinte, poxa, mas o que as empresas em geral mais demandam para o poder público é estabilidade jurídica.

Eu estive na ANP por 14 anos, 8 como diretora da ANP, e eu recebi inúmeras empresas com uma demanda muito simples "queremos estabilidade jurídica, estabilidade regulatória". Mas nós não estamos oferecendo isso para a indústria brasileira como um todo, não estamos oferecendo isso quando nós alteramos as regras de conteúdo local; não estamos oferecendo isso quando alteramos as formas de contratação; não estamos oferecendo isso no dia a dia; e o resultado tem sido péssimo. Para o estado do Rio de Janeiro o resultado tem sido péssimo.

Então, eu não podia deixar de fazer esse manifesto aqui porque a principal demanda das indústrias, que é a estabilidade jurídica, não está sendo repassada para os prestadores de bens e serviços dessa mesma indústria. Então eram essas as minhas considerações.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Obrigada dra. Magda. O comandante André ainda se encontra conosco? Comandante André, da Emgepron?

O SR. ANDRÉ SOCHACZEWSKI - Sim deputada, estou aqui, pode falar.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Bem-vindo. Comandante, aquela apresentação que nós tivemos lá no Arsenal de Marinha, posteriormente na nossa audiência pública, contém uma série de informações, mas com relação ao descondicionalmento e ao desmantelamento, lá naquele material consta algum dado de diagnóstico dessa demanda? Da quantidade de desmantelamento? Porque é uma das perguntas, e assim, eu me lembro que foi falado, mas eu não me recordo se tinha lá esse dado com precisão.

O SR. ANDRÉ SOCHACZEWSKI - A gente (falha na transmissão sonora). Respondendo à senhora, sim, temos mais raramente a demanda das plataformas, do material (falha na transmissão sonora) ... no caso desse serviço.

A Petrobras, que é a maior demandante, a gente conseguiu mapear, inicialmente, essa demanda pelas instalações que estão previstas de descondicionalmento. Isso tem no material alguma coisa. Mas, principalmente quanto a navios, existe aí uma demanda que deve ser mapeada, não só pelos ativos de offshore, como também, daqueles que se encontram naquela situação, que a gente já comentou com a senhora, que estão tanto em estaleiros, quanto abandonados, vamos dizer assim, na Baía de Guanabara. Então, existe uma série de outros ativos que têm que ser resolvidos, principalmente, tirando esses que estão em atividade, efetivamente, na de offshore, que estão em condições que exigem questões judiciais envolvidas. Esse é um ponto, que ainda tem que ser resolvido.

E como a doutora acabou de falar, tem questão de segurança jurídica que impede o avanço dessas atividades, principalmente, nessas instalações que exigem um trâmite judicial no Ministério Público, envolvendo uma série de outros órgãos governamentais.

É mais difícil de mapear isso, mas nisso a gente está trabalhando para ter mais precisão essa demanda para o mercado e mostrar que, efetivamente, existe uma demanda efetiva para os empreendedores que pretendem ingressar nessa área, principalmente, de desmantelamento e reciclagem de navios.

Mas, com certeza, só os ativos, falando em termos da Petrobras, a gente já comentou com as senhoras que, no espaço de cinco anos, a Petrobras já terá isso mapeado e são cerca de 25 bilhões, no espaço de cinco anos, então, já é uma demanda significativa. Não estou falando só na parte do descondicionalmento, propriamente dito, mas em termos de reciclagem, temos aí um grande volume de aço a ser reciclado por essas instalações. Só nisso aí, já comentando pelo caso das plataformas, já teria uma demanda suficiente para ativar toda essa atividade e dar início à retomada dos estaleiros, mesmo que não seja uma atividade tão nobre, que não é o ideal, porque a gente sabe que a construção é que emprega mais gente, dá mais valor agregado ao nosso produto, mas o que poderia já alavancar essa tomada da atividade nos estaleiros.

É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Obrigada, Comandante André. Acredito que o Manuel Sales já esteja contemplado.

Pois não, Bacci, porque a gente, agora, já vai começar a caminhar para o final.